



"Quão Difícil Nos Temos Movido"

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS COMUNICADO NACIONAL 22/12

28 de Dezembro de 2012



Estatuto de participação e consulta junto do Conselho da Europa e reconhecida junto do Parlamento Europeu, OSCE e das Assembleias Parlamentares da NATO e da UE.

Um Novo Ano se Aproxima!

Num quadro de grandes dificuldades para os militares e respectivas famílias, e em que a esmagadora maioria dos cidadãos portugueses ainda mais sofre, já em período final do ano, fomos todos confrontados com novas alterações à Lei do Orçamento para 2012, com uma referência específica ao Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas, conforme o extrato da Lei n.º 64/2012, de 20 de Dezembro (Orçamento Retificativo), que passamos a transcrever:

"Artigo 6.º

Transferências para o Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas

1 — Fica o Governo autorizado a transferir do orçamento do Ministério da Defesa Nacional para o Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas o montante máximo de € 20 000 000, para fazer face ao pagamento dos complementos de pensão a que se referem os n.ºs 2 e 3 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 269/90, de 31 de agosto, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 73/91, de 9 de fevereiro, 328/91, de 5 de setembro, 160/94, de 4 de junho, e 76/2009, de 1 de junho.

2 — Os montantes transferidos nos termos do número anterior são obrigatoriamente restituídos ao Ministério da Defesa Nacional pelo Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas, mediante retenção por parte deste Ministério do produto da rentabilização dos bens imóveis que lhe estejam afetos."

Quando se vive no seio das Forças Armadas um sentimento de insatisfação, instabilidade e insegurança face a um Orçamento de Estado para 2013 que continua a suscitar dúvidas relativamente ao futuro dos militares;

- quando centenas de militares se confrontam com situações de tratamento diferenciado (não só entre militares dos diferentes ramos mas já também entre militares do mesmo ramo);
- quando milhares de militares vêm as expectativas das suas já de si difíceis carreiras ainda mais dificultadas ao terem sido produzidas alterações em cima de alterações legislativas;
- quando centenas de militares se vêm "prisioneiros sem culpa formada" de um sistema que peca por deficiente gestão e administração do seu próprio pessoal;
- quando milhares de militares são confrontados com a perspectiva de mais cortes no plano da assistência na saúde, reforçando o tratamento diferenciado no que concerne a um sistema remuneratório injusto e que aprofunda a divisão entre categorias;

este anúncio sobre o Fundo de Pensões passa uma imagem ainda mais distorcida da realidade que se vive no seio das Forças Armadas.

Quando o governo português tem para com a Família Militar uma dívida superior a Mil Milhões de euros (ver *"Relatório do Incumprimento da Legalidade Democrática"* disponível em www.ans.pt) por incumprimento ao longo de vários anos de legislação diversa aplicável aos militares, assunto tornado público pelas APM em relatório enviado para todas as instâncias com responsabilidades na matéria e curiosamente nunca, nunca desmentido, é no mínimo ridículo que o MDN venha assumir a "bondade" de proceder a um empréstimo ao Fundo de Pensões, como se estivesse a fazer um favor.

Para além de sabermos que a transferência deste montante não vem solucionar a questão de fundo, e que apenas se trata de um paliativo para um ou dois meses, cabe aqui questionar: O que é feito das contribuições dos subscritores deste Fundo? O que é feito das contribuições obtidas por meio das anteriores alienações de património? Que aplicações (onde e como) foram feitas pela(s) entidade(s) gestora(s)? Quem é que já foi responsabilizado – política e/ou criminalmente – pela criação deste buraco financeiro?

Mas, mesmo em plena época "supostamente festiva" (poderá sê-lo para alguns...), as atenções e o trabalho de quem efectivamente continua a procurar defender os militares, não cessa.

Mesmo que alguns se deixem distrair com mensagens de responsáveis governativos, que objectivamente nos mentem, negando hoje o que afirmaram ontem, continua a haver quem não descure o "*guarnecer a trincheira do combate*" pela defesa dos valores, dos princípios e dos direitos, não apenas dos militares e suas famílias, como será natural, mas também e por consequência, dos cidadãos portugueses em geral.

Estamos a poucas horas de dar início a mais um ano civil. Vamos entrar em 2013 com muito maiores preocupações e apreensões. Mas vamos também com a consciência reforçada da necessidade de continuar a lutar!

Para prosseguir esta luta, estamos já a trabalhar no sentido de preparar uma nova equipa que se vai apresentar a eleições para os Órgãos Sociais da nossa ANS, para o biénio 2013/2014. Uma equipa que integra elementos oriundos dos anteriores órgãos, e que asseguram a continuidade, mas também muitos elementos novos que trarão a necessária renovação e reforço ao trabalho associativo.

Esta eleição terá lugar no próximo dia 2 de Fevereiro de 2013, aquando das comemorações do 122º aniversário da Revolta do Porto, o "31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento", que terá lugar no Grande Auditório do ISCTE, em Lisboa!

Com frontalidade, coragem e transparência, continuaremos a pugnar por levar a "*porto seguro*" a missão que assumimos perante milhares de profissionais, a quem nos cabe a honra mas também a enorme responsabilidade de representar.

Com a firme serenidade de saber que a razão nos assiste, estamos conscientes do caminho que trilhamos e não nos deixaremos arrastar para o aventureirismo que apenas leva à asneira e ao descrédito, nem cairemos na tentação do facilitismo da crítica inconsequente, sectária, corporativa ou individualista. Para nós, a "*nossa constipação não é, nem pode ser, mais grave que a pneumonia do vizinho*"!

Estamos inseridos num todo social e profissional com características, exigências e especificidades muito próprias, que devem ser reconhecidas e respeitadas como tal.

Desse reconhecimento e desse respeito não abdicamos.

Não aceitamos esmolas nem permitiremos que se branqueie a verdade!

Exigimos respeito pela elevada missão que desempenhamos em prol do País-Nação que jurámos.

Apenas pretendemos que o reconhecimento tenha a justa medida deste compromisso assumido.

A bem da Democracia, da Soberania Nacional, da Independência e da Paz!

Porque acreditamos que só lutando defenderemos e alcançaremos a dignidade de uma vida profissional de que nos honramos, **vamos continuar com dignidade, coragem e determinação, a construir o futuro!**

A Direcção
Lisboa, 28 de Dezembro de 2012